



VEREADORA LUANA ALVES DO PSOL - 26ºGV

PROJETO DE LEI Nº _____/2024

Declara patrimônio cultural imaterial a região do Arouche, como representante da comunidade LGBTQIAPN+ de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal DECRETA:

Art. 1º. Declara patrimônio cultural imaterial a região do Arouche, bairro da República, como representante da Comunidade LGBTQIAPN+ da capital de São Paulo.

Parágrafo Único. Para o alcance dos objetivos desta lei, nos termos definidos na Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Art. 2º. Fica criado o Monumento Municipal da Tolerância e Respeito às pessoas as LGBTQIAPN+, a "Faixas da Diversidade", com a instalação de um totem informativo e a pintura de duas faixas de pedestres no cruzamento da rua Vitória com a Avenida Viêira de Carvalho no Largo do Arouche.

Parágrafo Único. Uma das faixas deverá ser pintada com as cores do arco íris (vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo) e a outra faixa com as cores azul, rosa e branca.

Art. 3º. As despesas com a execução desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único: Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, poderão ser recebidas verbas de outros entes federados.



Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e o poder público municipal deve realizar a reforma no espaço num prazo de até 120 dias.

Sala das Sessões, 26 de Abril de 2024.

(assinatura digital)

Luana Alves

Vereadora do PSOL



JUSTIFICATIVA

A região do Arouche, em especial o entorno da praça central conhecida como Largo do Arouche, é uma referência histórica de ocupação por grupos sociais LGBTQIAPN+ desde os anos 1940. A associação do local com a comunidade LGBTQIAPN+ ganhou contornos mais sólidos, inclusive, pela resistência contra a ditadura militar na luta pelo direito à diversidade sexual e de gênero nos anos 1960. De lá pra cá, o local se consolidou como um reduto de segurança e liberdade para essa parcela da população: ali se proliferaram diversas boates, lojas, centros de convivência voltados ao acolhimento e respeito de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais integrantes da sigla.

Ao longo das décadas, o Largo do Arouche tem sido um refúgio e um ponto de encontro para membros da comunidade LGBTQIAPN+ que enfrentaram discriminação em outras partes da cidade. A presença histórica desses espaços e estabelecimentos é testemunho da importância duradoura do Largo do Arouche para a comunidade. Segundo arquivos herdados dos antigos proprietários do bar Caneca de Prata, antes chamado Bar Pierrot, o Arouche começou a ser frequentado por executivos da cidade por volta dos anos 1940, que buscavam locais seguros para se relacionarem com homens em um período onde a LGBTfobia era ainda mais forte na sociedade. O bar é frequentado ainda hoje por pessoas LGBTQIAPN+ e é considerado um símbolo da resistência local em prol da diversidade.

Resistência LGBTQIAPN+, aliás, é algo bastante evidente na história da região. Além do Caneca de Prata, existiam outros locais como a balada Freedom, que se tornaram redutos de acolhimento e proteção durante a ditadura. Quando eram realizadas batidas policiais, em que pessoas LGBTQIAPN+ eram presas por serem quem eram, esses bares eram locais políticos, que acolhiam esses indivíduos até a saída dos agentes policiais da região. Outros momentos de luta contra repressão também estão registrados nas paredes do Arouche, quando, por exemplo, na década de 1980 tentaram impedir a circulação de travestis e mulheres trans que circulavam na região sob o argumento de "luta contra a AIDS". A ação, empreendida pela polícia, foi intitulada "Operação Tarântula", contexto em que um dos chefes, agente de segurança, disse que a presença de travestis em São Paulo era indicativa do "fim do mundo"

O poder institucional já reconheceu o Arouche enquanto espaço de referência para a comunidade LGBTQIAPN+ em outros momentos. Em 2015, no dia 28 de junho foram instaladas sete bandeiras em homenagem ao Dia do Orgulho LGBT+. Também em 2015, a Prefeitura de São Paulo, como parte das ações do Programa de Metas da Gestão, instalou o Centro de Cidadania LGBT na Rua do Arouche. Agora, precisamos



dar um passo adiante nessa missão de demarcar a importância do local como referência LGBTQIAPN+. Esse Projeto de Lei busca o reconhecimento do Arouche enquanto Patrimônio Cultural LGBTQIAPN+ da Cidade de São Paulo, iniciando assim um processo de institucionalização da região enquanto zona histórica para essa comunidade. A partir desse PL, poderão ser pensadas ações de caracterização da região com símbolos emblemáticos da comunidade LGBTQIAPN+, incentivos para o empreendedorismo LGBTQIAPN+ e instalação de aparelhos que atendam as demandas dessa parcela da população.

Sala das Sessões, 26 de Abril de 2024.

(assinatura digital)

Luana Alves

Vereadora do PSOL